

**PARECER TÉCNICO**

Empreendedor: Sebastião Nascimento dos Santos		
Empreendimento: Posto do Tetê Ltda - posto revendedor		
Atividade: Com. varejista de comb. automot. derivados de petróleo e álcool		
Endereço (empreendimento): Avenida Ministro Gabriel Passos, 503		
Localização : Zona urbana		
Município: Itapeverica/ MG	CEP : 35.550-000	Classe (DN 74/04): 3
Referência: Auto de Infração nº 1063/2003		Porte: Médio
		Infração: Grave



A empresa acima qualificada foi alvo do Auto de Infração nº 1063/2003, lavrado em 12/12/2003. A infração tipificada foi: "o empreendimento não se encontra adequado conforme DN COPAM 050, faltando os seguintes itens":

- 1- ativar caixa separadora de água e óleo;
- 2- concretar área da pista de abastecimento.

A autuada pertence ao setor do comércio e exerce a atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos. Por força da Resolução CONAMA 273/2000, de 29-11-2000, a atividade é passível de licenciamento ambiental. A competência do licenciamento ficou a cargo do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM, conforme previsto na Deliberação Normativa 50/2001, de 28-11-2001.

A referida infração foi constatada quando da vistoria técnica realizada em 04/12/2003, onde ficou comprovado que o empreendimento se encontrava em desacordo com a legislação vigente.


Na defesa apresentada (fls. 05 a 07) a autuada apresentou o seu pedido de reconsideração com base em exposição de motivos, dos quais destacam as seguintes considerações:

- 1) "Que o Posto está negociando junto à distribuidora a substituição dos tanques para posterior concretagem da pista";
- 2) "Que o Posto já possui instalada uma SAO – Caixa Separadora de Água e Óleo na área de lavagem de veículos. A instalação de outra SAO seria para atender a pista de abastecimento e a ducha, que atualmente não esta sendo utilizada, portanto o empreendimento aguarda uma posição formal de sua distribuidora Ipiranga para executar as obras";

Diante do exposto, consideramos improcedentes as alegações formuladas e sugerimos a aplicação da pena cabível ao empreendimento Posto do Tetê Ltda., ouvida a Procuradoria da FEAM.

Divisão de Projetos Urbanísticos e Infra-estrutura de Transporte – DIURB		Diretoria de Licenciamento de Infra-Estrutura
Coordenador: Eduardo Luiz de A. Bacelar	Gerente: Regina Lúcia Medeiros de Souza	Diretor: José Flávio Mayrink Pereira
Assinatura:		
Autor: Paula Teixeira E. Rodrigues	Assinatura:	Assinatura:
Assinatura:		
Data: 02/10/2007	Data: 20/13/2007	Data: 24/03/07

<b>FEAM</b>	
Protocolo nº: 498863/2007	
Divisão: PLO - 02/10/07	
Mat.: _____	Visto: <i>MR</i>



Processo nº 3123/2001/002/2003  
Ref: Auto de Infração nº 1063/2003  
Defesa apresentada por: POSTO DO TETÊ LTDA.

## **PARECER JURÍDICO**

### **I) RELATÓRIO**

1 – A empresa POSTO DO TETÊ LTDA. foi autuada em 12-12-2003 como incurso no inciso 1, do §2 do artigo 19, do Decreto nº 39.424/98, alterado parcialmente pelo Decreto nº 43.127/02, por ter cometido a seguinte irregularidade, *verbis*:

*“§ 2º - São consideradas infrações graves:*

*1. instalar, construir, testar, operar ou ampliar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem Licenças Prévia, de Instalação ou de Operação emitidas pelas Câmaras Especializadas do COPAM ou seus órgãos seccionais de apoio, se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental; ”*

2 – O processo administrativo encontra-se devidamente formalizado, com a documentação exigida. Tempestivamente a empresa apresentou sua defesa, alegando, em síntese, que:

- *“ está negociando junto á distribuidora a substituição dos tanques para posterior concretagem da pista”;*

- *que o posto já possui instalada uma SÃO na área de lavagem de veículos e que a instalação da outra SÃO seria para atender a pista de abastecimento e a ducha, aguardando a posição formal da distribuidora para executar obras”, razão pela qual pugna pela invalidação do Auto de Infração.*

3- O Parecer Técnico de fls. 10 considerou improcedentes as alegações formuladas, sugerindo a aplicação da penalidade cabível.

4- Cumpre ressaltar que, em consulta ao SIAM datada de 18/09/07, constatou-se que o empreendimento não possui licenciamento ambiental, estando em mora com o órgão ambiental.

*MR*



## II) CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, remetemos os autos à seguinte autoridade:

- ao Vice-Presidente da FEAM, de acordo com a Portaria n.º 349/2007 da FEAM:

- no que se refere à infração grave (§ 2º, inciso 1), recomendando a aplicação da penalidade de 01 multa, no valor de R\$ 7.449,76, nos termos do artigo 1º, inciso II, alínea "b" (infração grave, médio porte), c/c artigo 2º, § 1º, inciso I, da DN COPAM Nº 27/98, alterada pela DN COPAM Nº 64/03

Recomendamos, ainda, o **encaminhamento dos autos à área técnica/fiscal competente** para que se proceda nova vistoria, a fim de verificar a atual situação do empreendimento.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 20 de setembro de 2007.

  
Daniela Nogueira de Almeida  
Consultora Jurídica  
OAB/MG 74367

  
Joaquim Martins da Silva Filho  
Procurador Chefe da FEAM  
OAB/MG 16.076 MASP 1043.804-2